

ENSAIOS TEMÁTICOS

1. PROBLEMAS ATUAIS DA ECONOMIA POLÍTICA *

(*Franz J. Hinkelammert*)

Ao falar dos problemas atuais da economia política, temos que saber o que entendemos por economia política. Realmente, o significado literal da própria expressão nos ajuda muito pouco para este propósito. Sabemos que a economia está intimamente relacionada com a política. Cada problema econômico tem sua dimensão política e cada problema político tem sua dimensão econômica. Programas econômicos determinados exigem soluções políticas determinadas do poder econômico e político. Embora a relação não seja mecânica e embora possa haver exceções explicáveis, sabemos que uma política ultraliberal como a insinuada pela escola de Chicago tem que ser acompanhada de um Estado de segurança nacional, como surgiu na América do Sul, e que não é possível sustentar um Estado liberal a não ser sobre a base de uma política de reformas sociais muitas vezes muito radicais. Sabemos também que uma economia socialista é acompanhada por um sistema político de índole própria, que se expressa geralmente numa determinada burocratização do exercício do poder político, e pela predominância de um partido único em toda a estrutura de poder. Sabemos também que a seleção entre tais possibilidades não é arbitrariamente possível e que o grau de desenvolvimento econômico condiciona as possibilidades da implantação de determinados esquemas econômicos ou políticos.

Sem dúvida há diferentes maneiras de ver esta relação entre economia e política. Na tradição burguesa ou liberal ela é vista mais como uma simples interdependência, ao passo que na tradição marxista a economia é vista antes como a última instância. Mas sejam quais forem as razões desta diferença — que tampouco é nitidamente válida — a vinculação estreí-

* Conferência proferida em março de 1980 na inauguração da segunda Promoción del Postgrado Centroamericano en Economía y Planificación del Desarrollo da Universidad Nacional Autónoma de Honduras, Tegucigalpa.

ta entre as duas raramente é negada. Certamente, é sobretudo a teoria neoclássica que muitas vezes induz a esquecer esta relação para se refugiar em modelos de pressupostos teóricos arbitrários dos quais deduz efeitos econômicos de uma maneira tal como se o âmbito político nem sequer parecesse existir. Mas nem esta censura tem uma validade geral. Isto já pode ser visto nos fundadores deste pensamento. Enquanto Bohm-Bawerk ou Jevons não reparam sequer na realidade econômico-política de seu tempo, vagando por abstrações puras, Marshall é um homem de uma análise aguda da economia e da política de seu tempo, que desenvolve seus esquemas teóricos tendo presente estes aspectos. Os modelos abstratos, com os quais se maneja, aparecem como simples notas de um texto dedicado à análise concreta do econômico, que jamais se esquece das implicações políticas das relações econômicas. No entanto, no sentido da expressão economia política, Marshall não pertence sem dúvida à corrente do pensamento de uma economia política, como Jevons ou Bohm-Bawerk.

Portanto, se falamos de economia política, não nos referimos apenas a pensamentos que levam em conta a inter-relação entre o econômico e o político. Como veremos, estaríamos já mais perto de uma compreensão do enfoque da economia política ao postular que, do ponto de vista desta, a relação entre economia e política supõe a existência de uma última instância econômica, ao passo que outros enfoques vêm esta relação em termos de uma "interdependência entre as duas", ou, como diz Eucken, como uma "interdependência das ordens". Contudo, uma afirmação como a de uma instância última que seja econômica pressupõe uma conceitualização determinada do econômico e, de fato, na tradição da economia política se entende a economia de uma maneira diferente do modo como ocorre na economia neoclássica. Portanto, sem uma discussão desta diferença, não tem nenhum sentido discutir a afirmação de uma última instância econômica do político.

Isto nos leva obrigatoriamente a uma segunda advertência. Por um lado, já vimos que a economia política não é constituída pelo reconhecimento de uma inter-relação estreita

entre economia e política. Por outro lado, temos que nos precaver de um erro frequente que dificulta a discussão sobre a economia política em geral. Referimo-nos à identificação muito corrente da análise da economia política com a economia política marxista. A economia política marxista — ou, dizendo melhor, socialista — é uma corrente determinada do gênero da economia política. Sempre houve — e segundo nossa opinião hoje está sendo reforçada — uma economia política burguesa, que de fato tem uma história mais longa do que a economia política socialista. Dentro do pensamento econômico, é antípoda da economia política não o pensamento econômico burguês e sim o pensamento neoclássico. Este fato é importante para se poder compreender os passos da economia política na atualidade e seus problemas atuais. Também podemos identificar sem mais as conquistas do pensamento neoclássico com o pensamento burguês. Também o pensamento neoclássico termina em conhecimentos, que não devem ser confundidos com sua opção implícita pela sociedade burguesa. Resumindo, esta primeira parte de nossa análise nos leva a descartar um elemento e a destacar duas polaridades com as quais temos que continuar trabalhando. Descartamos o reconhecimento ou não de uma inter-relação entre o econômico e o político como um elemento decisivo da problemática a ser discutida. Destacamos que vamos contrapor duas polaridades. Por um lado, pensamento burguês e, por outro, pensamento socialista, referindo-nos a opções quanto ao sistema econômico a partir das quais tais pensamentos são elaborados. Com isto sustentamos que tais opções existem, embora o teórico correspondente não as explicita e inclusive não as reconheça. Temos que procurar utilizar estas denominações de burguês ou socialista em termos objetivos sem misturar nelas depressa demais nossas próprias opções pessoais. Por outro lado, introduzimos a polaridade economia política e teoria econômica neoclássica. A análise que segue partirá desta segunda polaridade sem identificá-la *a priori* com a primeira.

Precisamos agora destacar o elemento teórico central que nos permite distinguir estes dois pólos. Com todo o risco que tal proposição contém, atrevemo-nos a dizer que a diferença

entre estes dois pólos é o ponto de partida radicalmente distinto daquelas. A economia política focaliza a economia a partir do problema da reprodução dos fatores da produção, ao passo que a teoria neoclássica a focaliza a partir do ponto de vista da determinação ótima dos recursos. Poderíamos, portanto, substituir a polaridade economia política-teoria neoclássica por outra que seria reprodução-alocação.

Vou procurar explicar esta última polaridade para poder usá-la na análise a seguir. O pensamento econômico começou como economia política com seus principais representantes: Adam Smith, Malthus e Ricardo. Eles fazem seu enfoque a partir da reprodução dos fatores de produção, o que os leva à teoria deles do salário baseada na subsistência de que o operário necessita e, portanto, independente da escassez relativa do mercado. Malthus constrói sobre esta base a sua teoria da população e sua reprodução. Ao lado da reprodução da força de trabalho aparece também a reprodução do próprio aparelho reprodutivo: para que haja produção contínua, a maquinaria gasta deve ser constantemente substituída e, portanto, reproduzida. Deste ponto de vista, todas as possíveis alternativas das decisões na sociedade capitalista estão subordinadas a este quadro econômico objetivo e, portanto, nestes autores a economia já aparece ao mesmo tempo como reprodução dos fatores de produção e como instância última ou limite objetivo de todas as decisões políticas, com sua respectiva mediação através da estrutura de classes. (Neste caso o econômico é: reprodução da força de trabalho e do aparelho produtivo). A economia política de Marx parte deste ponto de vista, concentrando o problema da reprodução dos fatores de produção na reprodução de um só fator: o homem. A reprodução material da vida humana aparece agora como instância última de todas as decisões econômicas e políticas, sendo a reprodução dos outros fatores — em Marx já como aparelho produtivo *mais* natureza — uma conseqüência da reprodução material da vida humana. A partir deste ponto de vista Marx transforma a economia política burguesa através do que ele chama de sua “crítica”, afirmando que apenas a transformação da sociedade burguesa em sociedade socialista pode garantir esta reprodução.

Com isso chega a aparecer, ao lado da economia política burguesa, uma economia política socialista, que Marx chama de socialismo científico.

No entanto, frente a esta alternativa radical, o pensamento burguês faz uma volta igualmente radical que leva à constituição da teoria econômica neoclássica. Isso é feito quando seus principais teóricos abandonam todo o enfoque da economia política tradicional, apoiando-se numa deficiência óbvia da economia política anterior. Em todos os seus representantes — de Smith a Marx — está praticamente ausente e apenas marginalmente mencionado um problema econômico que será a bandeira da escola neoclássica: a alocação ótima dos recursos econômicos. Com isso desaparece todo o enfoque anterior da produção, que na escola neoclássica é mantido apenas ocultamente como reprodução do capital amortização — sem maior discussão da problemática anterior. Embora hoje em dia a discussão da alocação de recursos ultrapasse amplamente a escola neoclássica, esta sem dúvida tem o mérito teórico de ter desenvolvido esta problemática. Mas levou-a também a seu extremo, para poder apagar a economia política do próprio pensamento econômico. O econômico agora é visto como o campo de decisões sobre meios escassos em função de fins dados, seja pelos gostos dos consumidores ou politicamente, dirigindo em última instância as próprias decisões políticas pelos gostos dos consumidores, como cidadãos votantes, o que levou a uma teoria da democracia correspondente. São, portanto, os consumidores que, gastando sua renda em forma de demanda, dão as metas, ao passo que a produção é o âmbito no qual a orientação pelo critério do lucro leva à satisfação ótima da demanda expressa. A teoria neoclássica, portanto, considera um plano de fins, que é extra-econômico e que é expresso pela demanda derivada da renda dos consumidores, em função dos quais são dirigidos os esforços produtivos. Trata-se de uma conceitualização do econômico na qual não teria nenhum sentido a afirmação de algo como uma última instância econômica, tão importante na economia política.

Esta economia neoclássica se transformou rapidamente no pensamento dominante do mundo burguês e de suas universi-

dades. Sua posição foi assumida também pela corrente principal da sociologia e expressa em termos gerais na metodologia de Max Weber e sua posição diante dos juízos de valor. Foram confrontadas, portanto, economia política e teoria da destinação de recursos em sua forma neoclássica, transformando-se esta última no pensamento burguês dominante. Embora esta transformação do pensamento burguês esteja muito ligada ao surgimento da economia política marxista, não deve ser reduzida a tal posição "apologética". Por um lado, conseguiu-se desenvolver teoricamente o problema da alocação ótima dos recursos, o que deu à economia uma perspectiva nova anteriormente não suspeitada. Por outro lado, a escola neoclássica rompeu também com a economia política burguesa, como fez com a marxista, ocorrendo ao mesmo tempo pensamentos socialistas que são claramente neoclássicos, como os de Oscar Lange (nos anos trinta), Horyat, Venek e sua escola.

Elementos da economia política burguesa voltaram a aparecer recentemente com o desenvolvimento de novas teorias críticas frente às neoclássicas. Seus portadores são, por um lado, Keynes, que insiste de novo na necessária reprodução da força de trabalho e busca instrumentos políticos adequados para este fim e, por outro lado, com muito menos impacto político, Schumpeter. No entanto, sobretudo Keynes continua estreitamente ligado à escola neoclássica, especialmente em sua teoria do capital.

A economia política marxista, porém, tinha que se defrontar ferozmente com a nova problemática da destinação dos recursos e conseguiu, de fato, uma formulação satisfatória de suas posições recentemente, a partir do final dos anos trinta (Kantorovic).

Para entrar agora na problemática atual da economia política, podemos apenas esboçar a posição básica que uma economia política atual deve focalizar. Sendo seu ponto de partida a necessidade da reprodução material, a economia política tem que recuperar sua afirmação de que entre todas as decisões dos consumidores ou produtores apenas são viáveis aquelas que não destroem esta reprodução do processo pro-

duativo em si. Isso não é pretender poder derivar os valores específicos da sociedade mas poder estabelecer o quadro logicamente prévio à multiplicidade das decisões que devem ser tomadas na economia. Para que a reprodução funcione, nem todas as decisões e aspirações subjetivamente aceitáveis são objetivamente possíveis. A reprodução, portanto, impõe um padrão objetivo dentro do qual, recentemente, a destinação ótima dos recursos tem sentido. As exigências de tal destinação, portanto, são secundárias, embora de suma importância, necessárias e imprescindíveis. Portanto, a economia política engloba a preocupação teórica neoclássica — ou, pelo menos, é capaz de englobá-la — ao passo que o pensamento neoclássico exclui as preocupações da economia política na medida em que declara a destinação ótima dos recursos como a raiz do problema econômico.

Temos ali também a razão do conflito entre economia política e teoria neoclássica. Embora seja possível situar a problemática da alocação dentro do modelo da economia política, a teoria neoclássica, com a exclusividade que dá à destinação de recursos, não pode oferecer lugar à preocupação teórica da economia política. Na medida em que a teoria neoclássica radicaliza sua insistência na destinação dos recursos, apesar de todas as conquistas alcançadas, transforma-se em ideologia.

Isto permite agora que focalizemos os problemas atuais da economia política. Sendo ela uma teoria que parte da reprodução dos fatores de produção, sua necessidade e sua importância podem transparecer no momento em que o sistema econômico atual entra em crise por causa de sua impossibilidade de garantir esta mesma reprodução dos fatores produtivos.

Repitamos, portanto, os elementos de julgamento centrais derivados do enfoque da reprodução da economia política, atualizando-os para nossa discussão:

1) A reprodução material da vida humana é a última instância de toda vida humana e, portanto, de sua liberdade: o homem morto — ou ameaçado de morte — deixa de ser

livre, independentemente do contexto social no qual vive. Para ser muçulmano, budista, cristão, liberal ou comunista é preciso viver materialmente porque só pode sê-lo se viver. As condições da reprodução de sua vida material formam, portanto, um *a priori* de todas as suas decisões, exceto se decidir morrer.

2) A reprodução dos elementos derivados desta reprodução material da vida: trata-se da reprodução constante do aparelho produtivo — substituição e investimentos líquidos — e da própria natureza, pois apenas em intercâmbio com ela pode ser reproduzida a vida humana material. Da própria necessidade de reproduzir a vida humana material se segue a necessidade de garantir a reprodução da natureza ou, em termos atuais, do meio ambiente. O meio ambiente não é um fim em si, mas a mediação material imprescindível da reprodução da vida humana em seus termos materiais.

Na economia política é preciso elaborar constantemente, e sempre de novo segundo as condições, este quadro objetivo e material da liberdade humana que condiciona inevitavelmente a liberdade do consumidor propriamente dita, à qual a teoria neoclássica restringe todo o problema da liberdade humana. Ela se torna, portanto, ilusória.

Sendo neste sentido ilusória, porém, não serve. Daí surge a problemática atual da economia política. Surge no âmbito prático e no teórico sucessivamente.

No mundo burguês atual as falhas da reprodução dos fatores de produção se fazem notar de uma maneira nova e inauditamente urgente. Apenas em parte surgiram nos próprios países do centro. Com muito mais força impulsiva se fizeram notar nos países dependentes, ameaçando a própria estabilidade do centro e obrigando a um enfoque diferente por parte dos organismos políticos que definem a política imperial dos centros em relação aos países dependentes. Trata-se dos grandes problemas da extrema miséria, da expulsão dos produtores potenciais do sistema da divisão mundial do trabalho, que desemboca num desemprego dramático, na explosão demográfica, na progressiva destruição do meio ambiente e no malba-

ratamento desenfreado das matérias-primas. Todos estes problemas são resultantes dos fracassos da reprodução dos fatores de produção, e o desastre que podem provocar não é menor do que o de uma guerra atômica. A existência mesma do sistema mundial está em jogo e possivelmente a da própria vida humana.

No grau em que este sistema mundial está organizado por um centro imperial mundial, este centro (EUA) tem que perfilar uma política para enfrentar tais problemas. Não apenas o centro imperial mas todo o mundo burguês se compenetra, se preocupa com problemas cuja existência as teorias burguesas negaram já há mais de um século. Não há um mínimo de categorias para interpretar a situação, e se sabe que, sem uma compreensão teórica mínima, não se pode traçar uma política coerente.

No campo econômico, a incapacidade da teoria neoclássica para dar categorias de interpretação para as crises que se aproximam é óbvia e leva a uma frustração rápida frente a elas. De fato, com sua insistência exclusiva na destinação de recursos, não pode senão dizer como levar "otimamente" a sociedade humana à sua própria destruição. Ao homem que morre de fome pode ensinar como escolher com seus recursos limitados a sepultura que lhe propicia a maior utilidade marginal, mas não lhe oferece escapatória da sepultura. No entanto, a burguesia imperial precisa de outras soluções.

Neste ambiente geral, portanto, voltou-se com necessidade pujante para a elaboração de enfoques teóricos da problemática da reprodução dos fatores de produção. Reprodução da vida humana, emprego, meio ambiente têm que ter uma solução. Do ponto de vista da burguesia imperial, devem ser solucionados pelo menos num grau tal que o próprio império possa se estabilizar.

Esta crise geral da reprodução dos fatores de produção levou, a partir da Segunda Guerra Mundial, a uma progressiva revitalização da economia política. Contudo, o único pensamento nesta linha do qual esta vitalização podia partir era a economia política marxista, a única de longa continuidade de elaboração. Portanto, isto provocou um auge insuspeitado da

economia política marxista, que nos anos sessenta entrou, pela primeira vez em sua história, no próprio âmbito das universidades burguesas, embora num grau limitado.

O que chama ainda mais a atenção, porém, é o fato de que naquela mesma década se formava novamente algo que existiu apenas há um século: uma economia política burguesa, que em grande parte se apoiou num recebimento muitas vezes arbitrário e deformador da própria economia política marxista. Mas, como as universidades burguesas não tinham formado pensamentos adequados para a nova e urgente problemática, esta nova economia política burguesa tinha que partir do que dispunha. E o que havia era a economia política marxista.

Esta nova economia política burguesa não podia surgir nas universidades, que não estavam preparadas para isso a não ser excepcionalmente. Ela surgiu nos departamentos de estudo e planejamento dos próprios organismos políticos que fazem a política do império, ou em estreita ligação com eles. O Clube de Roma, no plano do meio ambiente e da reorientação dos estudos sobre a população, que cada vez mais são vistos como integrantes de um estudo da reprodução da própria sociedade; o esforço da Comissão Trilateral em criar uma visão mundial da reprodução econômica como condição da estabilidade social; o próprio Robert McNamara com o Banco Mundial e, ultimamente, a Comissão Willy Brandt das Nações Unidas são esforços nesta linha, acompanhados por um sem-número de instituições que estão nesta linha. A economia política burguesa, que parecia ter terminado há um século atrás, voltou assim a partir dos próprios centros do poder imperial, distanciando-se rapidamente da economia política marxista. Sem dúvida, porém, em grande parte é constituída por uma transformação e adaptação desta própria economia política marxista em função de seus fins imperiais. Não é por acaso que o fundador da Comissão Trilateral, Zbigniew Brzezinski, seja um "soviólogo", e que em seus escritos seja notável o esforço em transformar conceitos marxistas básicos para esta nova economia política burguesa. Sua conceituação, por exemplo, de uma "sociedade tecnocrônica" futura é visivelmente

para o uso em função da estabilização ideológica da sociedade norte-americana. Estes exemplos podem ser dados aos milhares.

Isto tinha que levar a uma cisão entre o pensamento burguês politicamente vigente e a tradição estabelecida do ensino econômico nas universidades ocidentais. Primeiro levou à elaboração do pensamento burguês atual fora do âmbito das universidades. Os que o elaboram saem destas universidades, mas as universidades já não servem para a elaboração de pensamentos que entram em contradição com seu ensinamento tradicional. A nova economia política burguesa não se sente em casa nas universidades, o que provavelmente provocará no futuro uma reformulação do ensino universitário tradicional da economia para tornar as universidades funcionais a novos pensamentos já dominantes no âmbito político burguês.

Creemos que já se podem vislumbrar algumas linhas desta reorientação do próprio pensamento econômico. Já mencionamos o fato de o pensamento de Keynes ter provocado uma primeira confrontação com a teoria neoclássica, sem produzir uma ruptura. No entanto, depois da Segunda Guerra Mundial, aparecem pensamentos de ruptura que provavelmente terão uma importância-chave para a formulação teórica da nova economia política burguesa. Trata-se de discussões extremamente abstratas que, no entanto, formam a referência teórica das necessidades prático-concretas mencionadas. Referimo-nos à importância atual das discussões teóricas da Escola de Cambridge (Inglaterra) e a todo o surgimento de uma nova escola de economia política que se autodenomina neo-ricardiana (Joan Robinson, Sraffa).

Este neo-ricardismo é exercido em duas frentes. Por um lado, na crítica da teoria econômica neoclássica e, por outro, na crítica da economia política marxista. Das duas críticas está surgindo a orientação teórica abstrata desta nova economia política burguesa.

Em relação à teoria neoclássica esta crítica é dirigida para a função de produção básica, sobre a qual esta teoria é construída. Desemboca na demonstração da impossibilidade de uma homogeneização dos fatores trabalho e capital em termos desta

teoria. Trata-se do problema que Marx enfoca como o da comensurabilidade.

No entanto, Marx solucionou este problema da comensurabilidade dos fatores da economia política clássica de Smith através da teoria do valor-trabalho. De fato, somente sobre a base desta teoria do valor-trabalho a crítica de Marx à economia política clássica teve como resultado sua afirmação da transformação necessária da sociedade capitalista em socialista. Esta nova escola neo-ricardiana, porém, tenta solucionar este problema teórico básico prescindindo da teoria do valor-trabalho. Nisso consiste a grande importância de Sraffa que tenta formular esta solução sobre a base de um "sistema padrão" que substitui a comensurabilidade anterior derivada da teoria do valor-trabalho. Não é aqui o lugar para se discutir os alcances e as debilidades desta teoria. Até agora os teóricos neoclássicos foram incapazes de refutar tais críticas, e é notável o impacto que este pensamento neo-ricardiano teve sobre o pensamento marxista europeu que, em seus representantes mais destacados, está abandonando a própria teoria do valor-trabalho (Dobbs, Garegnani, Napoleoni, Coletti, Benetti, Salama, etc.). Trata-se de um processo teórico que acompanhou a própria constituição do assim chamado Eurocomunismo.

Não podemos nem queremos predizer aqui o resultado que terá esta discussão teórica abstrata. O que gostaríamos de mostrar é que a economia política no mundo de hoje entrou num rápido processo de mudança que é produto da necessidade de interpretação dos problemas da própria reprodução do sistema e que obriga o próprio pensamento burguês a uma re-situação do pensamento neoclássico que até agora manteve o monopólio nas universidades e no ensino da economia. Trata-se de um processo de mudança que está levando a um ressurgimento da economia política burguesa e que está tendo impactos sumamente fortes sobre a própria economia política marxista tradicional, embora esta tenha servido de ponto de partida para as novas formulações dadas.

Até que ponto estas novas teorias se imporão, certamente não depende apenas de seu conteúdo teórico. Em seu aspecto

teórico, a constituição de uma nova economia política burguesa num plano mais amplo do que hoje dependerá certamente de sua capacidade de evitar a teoria do valor trabalho como seu fundamento, pois somente desta maneira poderá evitar uma renovação da crítica marxista que ocorreu no século XIX, levando ao abandono total da economia política por parte da teoria econômica burguesa. Por outro lado, a própria economia política marxista dependerá em seu futuro da solução deste mesmo problema teórico. Se não for capaz de recuperar a teoria do valor trabalho, não poderá tornar a fazer uma crítica da economia burguesa do tipo que Marx fez da economia política burguesa de seu tempo.

2. A TEOLOGIA DO IMPÉRIO

(Franz J. Hinkelammert)

A teologia do império aparece em sua nudez nos Estados Unidos na década dos 70 e logo se estende rapidamente.

É rompida assim uma fachada tradicional da sociedade burguesa, segundo a qual a religião é tratada como um assunto privado. O Estado burguês volta a assumir uma posição religiosa expressa e começa assim a participar das defrontações que surgem entre grupos religiosos. Surge primeiro uma posição teológica do governo dos Estados Unidos e, paralelamente, em outros governos, posição que é defendida publicamente e reforçada por seus respectivos aparelhos repressivos, militares e policiais. Trata-se de uma teologia política a partir do exercício do poder, que se impõe a nível do império. Daqui em diante procuraremos formular algumas teses sobre o pano de fundo e o conteúdo deste fenômeno.

1. A resposta à Teologia da Libertação

Esta teologia do império é evidentemente uma reação e uma tentativa de resposta à teologia da libertação. Esta sur-